



Diário Notícias

04-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 892

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8

Rui Machete pediu desculpa a Angola por casos judiciais

JUSTIÇA Ministro disse à Rádio Nacional que investigações em Portugal estão esclarecidas. Ao DN afirmou ter dado uma "resposta diplomática" à radio angolana. **PO-LÍTICA PÁG. 8**



NATÁLIA CARREIRO / OI ONAI IMAGENS

Rui Machete pediu desculpa a Angola pelas investigações judiciais

Diplomacia. MP português está a investigar altas figuras do regime angolano. Porém, o ministro Rui Machete garantiu que tudo não passa de burocracias e formulários

CARLOS RODRIGUES LIMA

O Governo português pediu "desculpas diplomáticas" ao Estado angolano pelas investigações judiciais que atingem altas figuras deste regime. A revelação foi feita por Rui Machete, ministro dos Negócios Estrangeiros português, numa entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA). Rui Machete adiantou ainda saber que nos inquéritos em curso em Portugal, os quais, na sua maioria, envolvem suspeitas à volta de avultadas transferências de dinheiro, "não há nada substancialmente digno de relevo e que permita entender que alguma coisa estaria mal, para além do preenchimento dos formulários e de coisas burocráticas".

O DN questionou, ontem, a Procuradoria-Geral da República sobre se foi tomada alguma decisão de arquivamento relativamente aos casos que envolvem, por exemplo, o procurador-geral de Angola, João Maria de Sousa, o presidente do Banco Atlântico, Carlos Silva, e até as filhas do Presidente angolano Isabel e Welwitchia (Tchizé) dos Santos, segundo já adiantou este ano a revista *Sábado*. Porém até ao fecho desta edição, a PGR não remeteu qualquer resposta. Tendo em conta a declaração de Rui Machete à RNA, a Procuradoria terá, isso sim, referido informar o Governo de eventuais decisões que tenham sido tomadas nos inquéritos.

As investigações em curso resultarão de comunicações feitas por bancos ao Ministério Público e à Unidade de Informação Fi-

nanceira da Polícia Judiciária sobre movimentações de dinheiro em contas bancárias superiores a 12 500 euros, tal como determina a lei de prevenção do branqueamento de capitais.

Segundo fonte judicial, contactada ontem pelo DN, as investigações a figuras angolanas ainda se encontram em curso no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), não existindo, por agora, nenhuma decisão final. Aliás, recentemente, segundo o DN apurou, o Estado angolano, num processo em que é vítima (assistente), até constituiu como seu representante o escritório de advogados PLMJ, do qual Rui Machete foi consultor até assumir funções como ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Questionado pelo DN se confirmava o teor das declarações prestadas à RNA (disponíveis em <http://www.ma.ao/canalA/noticias.cgi?ID=78347>), o gabinete de Rui Machete adiantou que o ministro concedeu uma entrevista no início do mês de setembro no âmbito de uma visita a Portugal do Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Georges Rebelo Pinto Chikoti. E que o "tema" que consta da notícia da RNA "foi abordado", "tendo o ministro respondido de forma diplomática". Ou seja, fica a dúvida se Rui Machete respondeu com conhecimento do que estava a dizer, isto é, se foi informado de decisões de arquivamento de algumas investigações, e pretendeu pôr um ponto final na tensão diplomática entre ambos os países, ou se a resposta à RNA foi apenas de circunstância.



Ministro das Relações Exteriores angolano esteve reunido com Rui Machete

DITO

"Tanto quanto sei, não há nada substancialmente digno de relevo, e que permita entender que alguma coisa estaria mal, para além do preenchimento dos formulários e de coisas burocráticas e, naturalmente, informar às autoridades de Angola pedindo, diplomaticamente, desculpa, por uma coisa que, realmente, não está na nossa mão evitar"

RUI MACHETE
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

"O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros foi entrevistado pela Rádio Nacional de Angola, no âmbito da visita do Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Georges Rebelo Pinto Chikoti, a Portugal, no início de Setembro. A entrevista centrou-se nos temas debatidos no encontro entre MENE e MIREX angolano, com destaque para a realização da I Cimeira Portugal-Angola. O tema referido no 'link' foi abordado, tendo o ministro respondido de forma diplomática"

RESPOSTA AO DN
GABINETE DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

PGR preocupada com a falta de convites ao embaixador

MINISTÉRIO PÚBLICO As investigações a cidadãos angolanos de primeiro plano já provocaram uma polémica interna no Ministério Público português, levando a procuradora-geral da República (PGR), Joana Marques Vidal, a instaurar três processos disciplinares a magistrados do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP).

Isto depois de, em janeiro deste ano, o *Expresso* ter revelado a existência de uma reunião entre a PGR e três magistrados do DCIAP que teve como ponto único da agenda a discussão sobre as investigações a figuras do regime angolano.

Os alvos do inquérito disciplinar foram Cândida Almeida, ex-diretora do DCIAP, atualmente no Supremo Tribunal de Justiça, e os procuradores Rosário Teixeira e Paulo Gonçalves. O caso acabou arquivado.

Em julho deste ano, o DN solicitou autorização para consultar os autos do processo disciplinar. A Procuradoria informou que o pedido seria analisado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que, até ontem, não terá tido tempo para tomar uma decisão. O DN fundamentou o pedido na lei e tendo em conta o interesse público do processo, já que se trata de uma ação disciplinar



Joana Marques Vidal, Cândida Almeida e Jorge Rosário Teixeira

que envolveu dois magistrados com processos muito complexos e a ex-diretora do DCIAP. Apesar da falta de resposta, em julho

a revista *Sabão* adiantou alguns pormenores do processo disciplinar. Como o de Joana Marques Vidal ter revelado em janeiro deste ano aos três magistrados "preocupação" com o rumo dos processos que envolviam Angola, já que os investimentos angolanos estavam a fugir para Espanha e que o embaixador português em Luanda estaria a ser alvo de retaliações, uma vez que não o convidavam para eventos oficiais de Estado. A chefe do MP acabou por pedir um relatório completo das investigações em curso e, em julho, esteve em Angola, elogiando o "progresso" deste país. C.R.L.